



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

SECRETARIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA

Propositura: Projeto de Lei nº 1487/2021

Autor: Poder Executivo.

Ementa: "Institui normas gerais para produção, comércio, transporte, uso, armazenamento, aplicação, fiscalização, destinação final dos resíduos e embalagens dos agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado de Rondônia e revoga a Lei nº 1.841, de 28 de dezembro de 2007."

Relator: Deputado Estadual Ezequiel Neiva

RELATÓRIO: O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 1487/2023, de autoria do Poder Executivo, Dispõe sobre para produção, comércio, transporte, uso, armazenamento, aplicação, fiscalização, destinação final dos resíduos e embalagens dos agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado de Rondônia e revoga a Lei nº 1.841, de 28 de dezembro de 2007.

A citada matéria já tramitou na Comissão de Constituição e Justiça e Redação, recebendo parecer favorável à sua aprovação, em relação aos aspectos constitucionais, legais e regimentais.

A proposta em questão esteve em pauta nos dias correspondentes às 14:30 de 18 de abril de 2023, nos termos do §2º, inciso II do artigo 29 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PARECER: Excelentíssimo Senhores Membros da Comissão de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, o Projeto de Lei nº 1487 de 2023, dada a importância do Projeto proposto pelo Poder Executivo, cujo objetivo visa atualizar e adequar a legislação do Estado para evitar contaminações do meio ambiente, das populações expostas e principalmente resguardar a qualidade dos alimentos que chegam a mesa do consumidor.

Conforme análise da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, com parecer favorável aprovado por unanimidade, assegurando a Constitucionalidade, Legalidade e Regimentabilidade do presente Projeto de Lei, e por não vislumbrar nenhum vício de legalidade ou impedimento, o presente projeto de lei é de satisfatória relevância.

Desta forma, não existe óbice sobre a aprovação da matéria.

VOTO

Diante do exposto, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar, não havendo óbices, o nosso voto é pela emissão de parecer **FAVORAVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 1487/2021, com a emendas ora apresentada.

É o nosso parecer.

Plenarinho 02 das Comissões, em 25 de abril de 2023.


EZEQUEL NEIVA
Relator



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

SECRETARIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Propositura: Projeto de Lei nº 1487/2021

Autor: Poder Executivo.

Ementa: "Institui normas gerais para produção, comércio, transporte, uso, armazenamento, aplicação, fiscalização, destinação final dos resíduos e embalagens dos agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado de Rondônia e revoga a Lei nº1.841, de 28 de dezembro de 2007."

Relator: Deputado Estadual Ezequiel Neiva

RELATÓRIO: O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 1487/2023, de autoria do Poder Executivo, Dispõe sobre para produção, comércio, transporte, uso, armazenamento, aplicação, fiscalização, destinação final dos resíduos e embalagens dos agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado de Rondônia e revoga a Lei nº1.841, de 28 de dezembro de 2007.

A citada matéria já tramitou na Comissão de Constituição e Justiça e Redação, recebendo parecer favorável à sua aprovação, em relação aos aspectos constitucionais, legais e regimentais.

A proposta em questão esteve em pauta nos dias correspondentes às 14:30 de 18 de abril de 2023, nos termos do §2º, inciso II do artigo 29 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Assinatura manuscrita em azul, provavelmente do relator Ezequiel Neiva.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PARECER: Excelentíssimo Senhores Membros da Comissão de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, o Projeto de Lei nº 1487 de 2023, dada a importância do Projeto proposto pelo Poder Executivo, cujo objetivo visa atualizar e adequar a legislação do Estado para evitar contaminações do meio ambiente, das populações expostas e principalmente resguardar a qualidade dos alimentos que chegam a mesa do consumidor.

Conforme análise da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, com parecer favorável aprovado por unanimidade, assegurando a Constitucionalidade, Legalidade e Regimentabilidade do presente Projeto de Lei, e por não vislumbrar nenhum vício de legalidade ou impedimento, o presente projeto de lei é de satisfatória relevância.

Desta forma, não existe óbice sobre a aprovação da matéria.

VOTO

Diante do exposto, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar, não havendo óbices, o nosso voto é pela emissão de parecer **FAVORAVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 1487/2021, com a emendas ora apresentada.

É o nosso parecer.

Plenarinho 02 das Comissões, em 25 de abril de 2023.


EZEQUIEL NEIVA
Relator



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

SECRETARIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Propositura: Projeto de Lei nº 1487/2021

Autor: Poder Executivo.

Ementa: "Institui normas gerais para produção, comércio, transporte, uso, armazenamento, aplicação, fiscalização, destinação final dos resíduos e embalagens dos agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado de Rondônia e revoga a Lei nº1.841, de 28 de dezembro de 2007."

Relator: Deputado Estadual Ezequiel Neiva

RELATÓRIO: O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 1487/2023, de autoria do Poder Executivo, Dispõe sobre para produção, comércio, transporte, uso, armazenamento, aplicação, fiscalização, destinação final dos resíduos e embalagens dos agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado de Rondônia e revoga a Lei nº1.841, de 28 de dezembro de 2007.

A citada matéria já tramitou na Comissão de Constituição e Justiça e Redação, recebendo parecer favorável à sua aprovação, em relação aos aspectos constitucionais, legais e regimentais.

A proposta em questão esteve em pauta nos dias correspondentes às 14:30 de 18 de abril de 2023, nos termos do §2º, inciso II do artigo 29 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PARECER: Excelentíssimo Senhores Membros da Comissão de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, o Projeto de Lei nº 1487 de 2023, dada a importância do Projeto proposto pelo Poder Executivo, cujo objetivo visa atualizar e adequar a legislação do Estado para evitar contaminações do meio ambiente, das populações expostas e principalmente resguardar a qualidade dos alimentos que chegam a mesa do consumidor.

Conforme análise da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, com parecer favorável aprovado por unanimidade, assegurando a Constitucionalidade, Legalidade e Regimentabilidade do presente Projeto de Lei, e por não vislumbrar nenhum vício de legalidade ou impedimento, o presente projeto de lei é de satisfatória relevância.

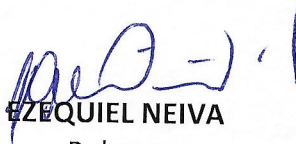
Desta forma, não existe óbice sobre a aprovação da matéria.

VOTO

Diante do exposto, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar, não havendo óbices, o nosso voto é pela emissão de parecer **FAVORAVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 1487/2021, com a emendas ora apresentada.

É o nosso parecer.

Plenarinho 02 das Comissões, em 25 de abril de 2023.


EZEQUIEL NEIVA
Relator



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.


PARECER Nº 004/CFETOOA/2023

A Comissão de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa, em reunião ordinária, realizada hoje, no Plenarinho das Comissões-02, desta Casa de Leis, aprovou por unanimidade o parecer do relator Deputado Ezequiel Neiva, favorável com emenda e acatando as emendas apresentada na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao Projeto de Lei nº 1487/21 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 318, que “Institui normas gerais para produção, comércio, transporte, uso, armazenamento, aplicação, fiscalização, destinação final dos resíduos e embalagens dos agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado de Rondônia e revoga a Lei nº 1.841, de 28 de dezembro de 2007”.

Estiveram presentes e votaram os Senhores Deputados: Ieda Chaves, Ezequiel Neiva, Ismael Crispin e como convidada Deputada Dr^a Taíssa.

Plenarinho das Comissões-02, 02 de maio de 2023.


DEPUTADA IEDA CHAVES
PRESIDENTE


DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA
RELATOR